

AJUDA MEMÓRIA
XI Reunião Plenária Extraordinária do CBHSF
06/12/2006

Geraldo Santos, dando boas vindas aos presentes e salientando as dificuldades de vôo, passa a palavra ao Presidente do Comitê, José Carlos Carvalho para que possa dar início a solenidade de abertura.

José Carlos Carvalho informa que estão presentes 30 (trinta) membros, não tendo por tanto a maioria absoluta que é de 31 membros; ressalta que este fato impede que deliberações sejam votadas. Explica que é em virtude do tráfego aéreo, através de problemas na conexão Brasília e São Paulo. Salientando que a discussão será informal e sem poder deliberativo, a Plenária tem o seu início com o processo de discussão da minuta de alteração do Regimento Interno do CBHSF. A leitura da ata da Plenária anterior ocorrerá tão logo o quorum seja estabelecido. Passa a palavra a Yvonilde Medeiros que reitera o fato da necessidade da discussão ser, neste momento, informal.

Yvonilde Medeiros salienta a ausência do Sr. Toinho Pescador e deixa registrado que ainda assim, ele está presente. Também faz referências as presenças de Lucygleide Nascimento, doutoranda da University of New Hampshire/Estados Unidos e Jeroen Warner, professor da Wageningen/Holanda que proferirá uma palestra sobre conflito de uso/governabilidade da água em um seminário a acontecer na UFBA, dia 14 de dezembro. Apresenta um informe sobre a Oficina de Vazão Ecológica, ocorrida em Maceió, sob coordenação da CTPPP e a Oficina de Usuários, ocorrida em Belo Horizonte, sob coordenação da CTOC.

Rosalvo Oliveira deu informes sobre a discussão a cerca da política de ordenamento territorial, sugeriu que o site do MMA fosse consultado para se poderem acompanhar as informações sobre a Agenda Ambiental e entregou cópias de três documentos, como forma de dar subsídios à discussão na Câmara Técnica de Comunidades Tradicionais (os documentos são: *Resumo da Reunião de Trabalho da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, Série Antropologia 322: Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por Uma Antropologia da Territorialidade* (Paul E. Little) e *Economia e Etnodesenvolvimento no Território Indígena Xakriabá, MG* (Sibelle Cornélio Diniz, Felipe Nunes Coelho Magalhães, Roberto Luis de Melo Monte-Mór).

Yvonilde Medeiros informa da reunião ocorrida entre a Diretoria Executiva do CBHSF e a CHESF; como um dos principais encaminhamentos desta, foi a formação de um GT CBHSF/CHESF, contendo dois representantes de cada uma das instituições, para discutir em conjunto os problemas do Rio São Francisco. Esclarece que este GT esta em processo de formação. Neste instante, convida Larissa Cayres e Márley Caetano para compor a mesa, passa a palavra a Luis Fontes e diz que a próxima Reunião Plenária é que será a deliberativa. Luis Fontes passa a palavra a Larissa Cayres para que exponha as propostas da CTIL para alteração de regimento interno.

Larissa Cayres agradece a vários órgãos institucionais e esclarece que a apresentação que fará é fruto do trabalho de um GT da CTIL, que teve como objetivo, compilar as propostas

de alteração de regimento interno recebido dos próprios membros do CBHSF. Esclarece ainda que as mudanças a serem apresentadas são na verdade, orientações e proposições. Durante a sua fala, José Carlos Carvalho a interrompe para informar à plenária que, com a chegada de Fátima Gouveia, o quorum absoluto se estabelece e a Plenária poderá ocorrer normalmente. Salienta que para haver mudança de regimento, haverá de ter um quorum equivalente à 2/3 dos membros titulares.

Ficou decidido que quem tivesse destaque, se pronunciasse e que após a leitura de tudo, os destaques seriam apresentados. Após essa decisão, Larissa Cayres fez a leitura ponto a ponto do Regimento Interno e os pontos de discordância ou alteração imediata foram anotados para posterior concertação da CTIL. (ver material em anexo).

Após várias discussões, ficou acordado que quem tivesse propostas de alteração de Regimento Interno, enviassem à Secretaria Executiva para que a CTIL fizesse a compilação das mudanças. Em março de 2007, deverá haver uma reunião plenária extraordinária abordando exclusivamente o tema. Até lá, já deverá ter havido a Oficina de Planejamento visando a renovação de membros do CBHSF. A pauta da reunião será proposta pela Diretoria Colegiada

AJUDA MEMÓRIA
XI Reunião Plenária Ordinária do CBHSF
07/12/2006

A abertura do evento deu-se com grande atraso por falta de quorum mínimo, tendo sido feita pelo Vice – Presidente do CBHSF, Luis Fontes. Este leu a agenda do dia e em seguida, passou a palavra a Yvonilde Medeiros, Secretária Executiva do CBHSF. Yvonilde Medeiros pediu desculpas pela ausência do palestrante, Sr. Luis Roberto Moretti, que teve o seu vôo cancelado em função dos problemas do tráfego aéreo. Em seguida, a mesa foi composta por Paulo Teodoro (Coordenador da CTAI), Thomaz Mata Machado (Coordenador da CCR Alto São Francisco), Maria Luiza Granziera (Consultora UNESCO/PROÀGUA) e Patrick Thomas (ANA).

Em breves palavras, Paulo Teodoro explica a cerca das apresentações que serão feitas por Patrick Thomas e Maria Luiza Granziera e afirma que o momento que se está vivendo hoje no CBHSF, é muito rico e que demonstra o quanto ainda tem que se caminhar. Em verdade, se está engatinhando, mas fazendo bem feito.

Maria Luiza Granziera iniciou a apresentação intitulada *Elaboração de Estudos visando à definição do modelo institucional e jurídico de uma Agência ou Entidade Delegatária da Bacia do Rio São Francisco*. Em seguida, Patrick Thomas apresentou os resultados de seu trabalho, *Estudo Prognóstico sobre a Viabilidade Econômico-financeira para a Criação da Agência da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco*. Dando continuidade aos trabalhos programados, Thomaz Mata Machado, fez uma síntese da Oficina de Usuários ocorrida no dia 05/12, já que foi o coordenador deste evento.

Yvonilde Medeiros valorizou o conteúdo das palestras, assim como a metodologia aplicada pelos palestrantes, considerando-as muito didática e clara. Passou a palavra a Paulo Teodoro, que também teceu elogios para as informações contidas nas palestras e afirma que a simulação apresentada por Patrick Thomas precisa ser desenvolvida o mais rápido possível sendo necessário a participação dos comitês afluentes; valorizou a Oficina de Usuários afirmando que a implantação da cobrança é um dos maiores desafios no momento e que o “time” precisa estar unido e coeso, em virtude do papel que o Comitê tem perante a Bacia.

Desfez-se a mesa e o Vice Presidente, Luiz Carlos, propôs duas rodadas de inscrições para discussões e encaminhamentos. A 1ª rodada teria 10 inscritos e cada um teria 02 minutos para as colocações sobre as palestras e a 2ª rodada, seria para analisar as questões discutidas na 1ª rodada, com inscrições de mais 10 pessoas. O primeiro a se pronunciar foi Antonio Valadares (Sr. Totonho), Prefeito do município de Afogados da Ingazeira (PE). Teceu comentários a cerca da apresentação de Maria Luiza Granziera, informando-a que na região do Pajeú há um consórcio de municípios formado e funcionando bem. Também demonstrou preocupação para a carga financeira sobre o setor de saneamento. Afirma que seu município tem um baixo IDH, é muito fragilizado e pobre, sendo necessário que o estudo de cobrança levasse em consideração as grandes desigualdades existentes entre os municípios e regiões da Bacia do São Francisco.

Em seguida, Geraldo Cabral (Sento Sé/Ba) toma a palavra e solicita que os materiais apresentados pelos prelecionistas fossem disponibilizados para consulta de todos que assim o queiram. Afirma ser um ribeirinho que tem preocupações quanto a possibilidade da Transposição. Em função disto, coloca que a apresentação feita por Patrick Thomas, contém informações onde se leva a entender que a implantação da cobrança fica mais viável desde que haja transposição. Afirma que a transposição não é a salvadora da pátria e que o Comitê não pode nem levar em consideração essa possibilidade, já que fere com todo o histórico de lutas dos ribeirinhos e do próprio Comitê. Tem que haver revitalização e não transposição.

Rômulo Leão informa a Maria Luiza Granziera que em Pernambuco, há mais dois consórcios e que a apresentação de Patrick Thomas não levou em consideração a maior degradação da bacia que é a mineração. Tanto Patrick Thomas quanto Maria Luiza Granziera tomam a palavra e esclarecem os pronunciamentos feitos.

Marcelo de Deus elogiou as apresentações feitas pelos palestrantes assim como a Thomaz Mata Machado que, de forma brilhante, fez uma síntese da oficina de usuários. Sugere a Maria Luiza Granziera que veja a formatação de associação de usuários dentro da Bacia do Rio das Velhas e a Patrick Thomas, afirmou ser preocupante o uso do fator 0,05 para todos os tipos de usuários para a agropecuária. Pediu que seja estudado a questão dos lançamentos químicos e sugeriu que se leve em consideração a questão dos depósitos de dejetos nos afluentes dos rios. Com relação à compensação financeira, esclareceu que este valor não se incorpora na tarifa paga pelo consumidor, em função do novo arranjo do sistema elétrico nacional. Esclarece ainda que a crítica feita pelos representantes do setor elétrico no Comitê é com relação ao Sistema, que contingencia os valores arrecadados, e não com relação à ANA.

Paulo Teodoro parabenizou tanto as apresentações feitas quanto a síntese realizada por Thomaz e pediu que, quanto a questão de lançamento, que não fique retido a apenas a questão da DBO. Há que se preocupar também com os contaminantes tóxicos e com os sedimentos (penalização para o setor responsável). Com relação a vazão insignificante, demonstrou preocupação, já que os valores adotados em Minas Gerais, são diferentes do valor adotado pelo CBHSF (a diferença entre eles é muito grande). Acha correto que um percentual pago pelo setor elétrico seja repassado ao Comitê como garantia de recuperação da bacia de origem. Sugeriu que se ponderasse sobre a possibilidade de se levar em consideração a eficácia dos sistemas usados na irrigação, dando enfoque principalmente para as culturas muito exigentes em água.

Hugo reforça a colocação que deve ser levando em consideração outros tipos de contaminantes e que o setor elétrico não pode ficar fora do estudo de cobrança; acha que deve ser revisto o valor de vazão insignificante para o São Francisco e que também se deve cobrar do governo para que os pequenos produtores tenham acesso a outros sistemas de irrigação mais eficazes em uso da água.

Maria José Tumbalala, também valorizou as apresentações feitas e afirmou que as barragens são um sério problema para os povos indígenas, já que estes vivem diretamente da terra e os constantes alagamentos, fruto da existência das barragens, diminuem a área

agricultável destes. Assim o estudo de cobrança deve contemplar a questão das barragens. Afirma que o povo indígena não sabe o que é uma outorga e que a cobrança se faz para quem tem outorga emitida. Acha que há de haver um maior conhecimento sobre a quantidade de irrigantes da Bacia e que a adutora de Salgueiro, em Pernambuco, também é uma transposição. Afirma que não é só o Estado de Sergipe que está bombeando água para açudes e cisternas e que isso deve ser levado em consideração, quando do início dos estudos.

Luiz Carlos frisou a necessidade de que a Agência do São Francisco, reflita a bacia, num esforço por integração e que esta ou a Entidade Delegatária, deve contemplar as desigualdades da bacia. Vê o alto nível de dependência existente hoje para com os recursos oriundos do setor elétrico, sob pena de inviabilização da Agência. Não concorda com o cenário da transposição e afirma que a ocorrência desta nunca poderá ser uma forma de viabilização da agência de água. Acha que terá de haver uma oficina específica sobre o tema (setor elétrico). Nos estudos, acha que se deve diferenciar uma transposição interna de uma externa e que o valor usado de R\$ 0,015 deverá ser rejeitado. Lembra aos presentes que o uso da água pela DESO, é exclusivamente para consumo humano.

Yvonilde Medeiros acha que os valores cobrados na Bacia do São Francisco devem refletir a degradação humana nela existente e que o usuário que mais intervém, é o setor elétrico. Desta feita, este valor pago deverá retornar à Bacia de origem, induzindo a racionalidade econômica preconizada na Lei 9433/97.

Fátima Acioly concorda com as intervenções feitas e solicita que seja reforçada a necessidade de se considerar as diferenças, principalmente quanto à questão do abastecimento (no caso de Alagoas, trabalha com subsídios cruzados). Outro ponto é quanto à transposição, entendendo que a consideração deste cenário nos estudos de cobrança, vai de encontro às decisões do Comitê e, em nenhuma hipótese, isto deve viabilizar a Agência de Bacia.

Na segunda rodada de discussões, Luiz Carlos fez uma síntese quanto às questões abordadas na rodada anterior e acrescentou outros fatores como critérios diferenciados, incluindo outros parâmetros de lançamento, definição de fontes prioritárias para a Agência (setor elétrico).

Rosalvo Oliveira fala sobre a Política Nacional Territorial e quanto às questões ligadas as desigualdades regionais, diz que o site do Ministério da Integração, há muita informação disponível. Sugere o cumprimento do que determina a lei quando fala sobre a integração de bacias – “não concordo com a falta de uso da democratização de direito”.

Roberto Nogueira faz referência aos estudos apresentados por Patrick Thomas, no sentido de que estudos semelhantes foram realizados pelo IGAM e que há muita diferença entre os números apresentados (IGAM X ANA). Questiona porque não foram usados os critérios do PCJ assim como, se a agência única de bacia não feriria a autonomia dos comitês afluentes. Patrick Thomas o respondeu e se comprometeu em checar os dois estudos para encontrar os pontos de divergência.

Diante as explanações feitas, Edison Ribeiro questionou qual será o primeiro passo a ser dado, afirmando que não via porque não valorizar a experiência de Minas, até mesmo no sentido de que, se mais de uma agência realmente for criada, por que não haver um comprometimento financeiro entre elas, já que estão na mesma bacia e o objetivo maior é a revitalização do rio?

Tomás Mata Machado fala sobre o pronunciamento de Rosalvo **Oliveira**, comenta que o Presidente da República ficou de falar com a sociedade civil sobre a “transposição”, que agora se chama integração de bacias e que é fato que “a calha do rio São Francisco não tem viabilidade econômica para criar agência de bacia”.

Luis Antonio do Ministério de Minas e Energia valorizou e elogiou a plenária e falou sobre a locação de recursos na bacia “é interesse do governo que se aprofundem estudos sobre a compensação”, afirmou que uma Oficina específica para o setor elétrico é de grande relevância e sugeriu que seja convidado outras entidades (EPE, CEPEL). Afirma que este tema tem sido discutido no âmbito das avaliações integradas de bacias hidrográficas.

Para fechar as discussões do turno da manhã, Luiz Carlos informa que as discussões e propostas, a cerca do tema agência e cobrança, deverão ser encaminhadas para a Secretaria Executiva, da mesma forma que o será, as propostas de alteração do regimento interno. Visando referendar as Deliberações 30 e 31, houve uma breve explicação a cerca das mesmas e em seguida, posta em votação. Houve um voto de abstenção com declaração de voto por parte de Rosalvo Oliveira. Acha que o Ministério da Integração necessita ter um amadurecimento maior sobre a questão e solicita maior estudo e acompanhamento.

Em seguida foi colocada para a plenária a decisão sobre a eleição dos Coordenadores da Câmara Consultiva do Baixo São Francisco, que indicou o Ronaldo Pereira Lopes para Coordenador e manteve o José Holanda como Secretário desta CCR. A aprovação foi por unanimidade.

No turno da tarde, a plenária foi aberta com a presença do Presidente do CBHSF, José Carlos Carvalho, lendo a pauta do dia e colocando as questões ainda a serem desenvolvidas e discutidas pelo plenário. A mesa é composta por Yvonilde Medeiros, Luis Carlos, Paulo Teodoro e Luciana Khoury.

José Carlos Carvalho pede a Paulo Teodoro (Coordenador da CTAI) que relate sobre o processo do conflito de uso. Na explanação, Paulo Teodoro coloca que o processo encontra-se em análise pela CTIL e que a Procuradoria Jurídica do IGAM, a pedido particular de José Carlos Carvalho, está analisando o processo, haja vista o fato de José Carlos já ter passado por um processo administrativo de peso (fechamento de uma fábrica) e sabe o desgaste que esta situação causa. Esclarece que não se duvida da capacidade da CTIL, mas é uma forma de dar mais segurança e base às decisões do Presidente do CBHSF. Lembra-se que este tipo de processo é novo no país e ainda não há um rito definido para ele, gerando assim muitas dúvidas. Paulo Teodoro esclarece que não houve tempo hábil para que a Procuradoria Geral desse um retorno e pudesse ser repassado para plenária, mas que está caminhando para a definição, estabelecendo realmente o conflito.

A Promotora do Ministério Público da Bahia, Luciana Khoury, sugere que o conflito de uso seja independente de qualquer uso que seja pleiteado. Afirmar ainda que a legislação não deixa claro como resolver e encaminhar um processo dessa envergadura e que o CBHSF realmente está com uma batata quente nas mãos. Salienta ainda que são coisas diferentes: o processo de conflito de uso na esfera jurídica e o processo de conflito de uso no CBHSF. Afirmar que a decisão tomada pelo CBHSF pode ser recorrida no CNRH e que revisão de CERTOH e do licenciamento da transposição, não interferem na questão do conflito de uso no CBHSF. Acha dois pontos fundamentais: a hipótese de que se caracteriza um conflito e a forma de como proceder após esta caracterização, desde que garantida a ampla defesa, com todas as partes envolvidas.

Larissa Cayres (Coordenadora da CTIL) fala sobre os trabalhos desenvolvidos pela CTIL, informando que esta Câmara está preocupada com a questão dos conflitos de usos, tendo dificuldade em definir um rito e sugere que seja elaborado uma minuta que defina este processo, achando que o CBHSF deve ter uma norma própria.

Luiz Carlos faz intervenção sobre a CTIL que deverá elaborar a proposta de normatização sobre os conflitos de uso; José Holanda solicita atualização sobre o processo de transposição, dirigindo-se a Luciana Khoury;

Rosalvo Oliveira diz “que como representante do MI e membro efetivo do CBHSF, o MI tem obrigação de fazer parte da CTIL, mesmo que seja como membro suplente”, e “que a transposição, hoje chamada conceitualmente de integração de bacia, solicita cópia com a data de 07 de dezembro de 2006 no que se refere ao processo da CTIL”. Pede que sejam respondidas das seguintes perguntas:

- 1) se todas as partes do processo já foram notificadas;
- 2) cópia de todas as peças do processo até a presente data e envio ao MI oficialmente;
- 3) cópia de toda a legislação, decisões do CBHSF e normatização com relação ao processo;
- 4) calendário de reuniões da CTIL em 2007;
- 5) entrada efetiva do MI na CTIL.

Larissa Cayres informa que o MI já faz parte desta Câmara Técnica, através da CODEVASF, cujo representante é o Athadeu Ferreira da Silva.

José Carlos Carvalho reforça o seu posicionamento quanto ao conforto e segurança jurídica através da Procuradoria Jurídica do IGAM, colocando que sabe onde o calo o aperta (fechamento de uma fábrica).

Na opinião de Mårley Caetano de Mendonça, o processo de conflito de uso ainda não está instaurado. Para que o estivesse, necessitaria atender a dois requisitos: o conflito tem que existir (uso atual e uso futuro – o que não é o caso) e tem que ser entre usuários (o processo foi suscitado por um Fórum de Defesa – o que não é o caso). Acha que não está correto o processo.

José Carlos Carvalho acha que há um conflito potencial, a partir do momento que a outorga foi emitida; também lembra aos presentes que a transposição irá diminuir o potencial de

geração de energia da CHESF e que haverá problemas futuros com a irrigação. Assim, vê que dois órgãos da União estarão em conflito. Paulo Teodoro enfatiza que haverá a superação da vazão alocável.

Yvonilde Medeiros esclarece a todos que o processo ainda não saiu da CTIL Luis Carlos ressalta a questão da insegurança hídrica já que a transposição afetará a todos os usuários e cada um deles poderá se manifestar, inclusive os Estados e Municípios.

Thomaz Mata Machado acha que é um argumento muito forte, o fato de não ter um usuário diretamente envolvido. Sugere providenciar um usuário o mais breve possível e entende que, se há uma outorga preventiva, há também um conflito preventivo.

Luis Antonio esclarece que o MME trabalha com um plano a curto, médio e longo prazo, no que se refere a geração de energia e que não há novos empreendimentos previstos para o São Francisco visando suprir as perdas de geração elétrica no São Francisco após a transposição. Afirma que há independência entre os posicionamentos adotados pelo MI e pelo MME.

Hugo Filho coloca que estão previstos novos empreendimentos do setor elétrico que gerarão mais 560 MW, que serão realocados mais de 30 mil pessoas e que estes projetos gerarão muito impacto na Bacia. Luis Antônio esclarece que estes projetos estão no plano decenal e não tem nada haver com a transposição.

Rômulo Leão informa que, segundo a Embrapa, muita área fértil será inundada. José Holanda lembra que esta geração de energia, provocará impactos diretamente no Baixo São Francisco e ambos, pedem uma posição da CHESF, propondo uma oficina para o mês de fevereiro/2007.

Larissa Cayres pede que, por favor, a plenária tome uma decisão neste sentido para que a CTIL possa dar encaminhamento ao processo de conflito de uso.

Maria José Tumbalalá solicita ao MME e a CHESF que ponderem quanto a real necessidade de construção destas barragens. Esta construção afetará diretamente terras indígenas e esta é a grande riqueza destes povos, já que é da terra que eles retiram o seu sustento.

Luciana Khoury não concorda com a opinião de Márley Mendonça e informa que o CBHSF pode abrir um edital para que usuários possam se habilitar a configurar o processo de conflito de uso. Seria uma economia processual e estes poderiam caminhar conjuntamente (processo atual e o outro a ser instaurado). Aproveitou e apresentou um documento vindo do TCU a cerca da transposição. Informa que os processos impetados pelo Ministério Público, as liminares de Minas Gerais e Sergipe, não estão mais válidas, sendo que a da Bahia, está.

Finda a discussão, José Carlos Carvalho passou a palavra a Yvonilde Medeiros para iniciar a discussão e esclarecer sobre o número de membros para as comunidades tradicionais (2 membros titulares e 2 suplentes) e como será feito a eleição dos novos membros. Será a

CTCT que coordenará a renovação de membros dos indígenas e será a CTAI que coordenará o processo como um todo. Paulo Teodoro informa que em março deverá haver uma nova plenária para aprovação de regimento, mas que desde já algumas mediadas precisam ser tomadas.

Cristina Mascarenhas informa que há um relatório contendo uma série de medidas para o processo eleitoral de renovação de membros e sugeriu que se observasse a indicação contida nele.

Maria José Tumbalalá propõe que a eleição deverá ser na Comunidade Tumbalalá, que o processo de discussão precisa chegar nas bases e que se tome o cuidado para que esta eleição não ocorra no final das datas previstas para a eleição.

Flávia Barros apresenta uma proposta de calendário para a renovação de membros, sugere que se estruture um grupo de trabalho, onde haja a presença de um representante de órgão gestor por Estado da bacia. Sugere ainda que ocorra uma Oficina de Planejamento, com duração de 2 ou 3 dias, a ocorrer na segunda semana de fevereiro/2007. A ANA se propõe a organizar esta Oficina.

O grupo foi aprovado da seguinte maneira: órgão gestor – 05 pessoas; equipe da UAR/SECEX – 08 pessoas, CCRs – 04 coordenadores, CBHs afluentes – 06 representantes da CTAI, formando um total de 23 pessoas. A Oficina de Planejamento foi proposta para realizar-se em Minas Gerais junto com a reunião da CTCT - 1ª Oficina de Povos Indígenas.

Luis Carlos Fontes assumiu a coordenação da mesa e pergunta se há alguma moção, e propõe nova plenária extraordinária conforme o regimento - aprovação de regimento interno e CCR's, cobrança, agência, processo de renovação e processo de conflito de uso. Foi esclarecido que a Diretoria Colegiada tem liberdade para propor pontos específicos para a pauta desta plenária.

Maria José solicitou a palavra para dizer que espera que seja convidada com dignidade e garantia de ir e vir e reclamou sobre a não participação dos pequenos usuários por falta de recursos financeiros na oficina de usuários ocorrida no dia anterior a plenária do Comitê.

Yvonilde Medeiros solicita que as próximas plenárias aconteçam em locais públicos e foi acatada por Luiz Carlos.

Edison comentou sobre a quantidade de temas a serem discutidos nesta plenária e enfatiza a necessidade de se discutir os pontos fundamentais, já que é uma plenária extraordinária.

Luiz Carlos propôs que a próxima plenária seja em Salvador e Thomaz propõe que seja em Brasília - DF. Yvonilde sugere que o Comitê analise as possibilidades de locais e despesas, encaminhe com antecedência para os membros até a 2ª quinzena de março. Aproveita o momento e parabeniza a SEMAD, na pessoa de José Carlos Carvalho, a assinatura dos convênios do FHIDRO.

José Carlos Carvalho colocou a ata em regime de votação e não havendo restrições, foi aprovada por unanimidade. Explicou que na próxima plenária, ela poderá ser novamente lida e considerações de mudanças, caso existam, deverão ser encaminhadas à Secretaria Executiva do CBHSF. Encerrou a XI e XII plenária do CBHSF.